

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

LEI Nº 629/2011

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Sooretama-ES, Estado do Espírito Santo, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte:

**L
E
I**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Sooretama, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 2012 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2012, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 249, de 30 de abril de 2010-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do MANUAL TÉCNICO DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 249, de 30 de abril de 2010-STN.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 3º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

VOLUME I

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Riscos Fiscais e Anexo de Metas Fiscais

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

I - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

ANEXO DE METAS FISCAIS

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2012 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 249/2010 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 249/2010-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o

(Handwritten marks)

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 249/2010-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2012, 2013 e 2014.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2012, 2013 e 2014.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012, serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2010 a 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2012 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

(Handwritten marks)

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2012 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2012, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2011

(Handwritten signatures)

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

(art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2011.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2012 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2012, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2012, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de

R

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2012, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

A M

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2012 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA**MUNICIPAL**

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2012.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2012, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2011, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Município de Sooretama**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos



Município de Sooretama

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

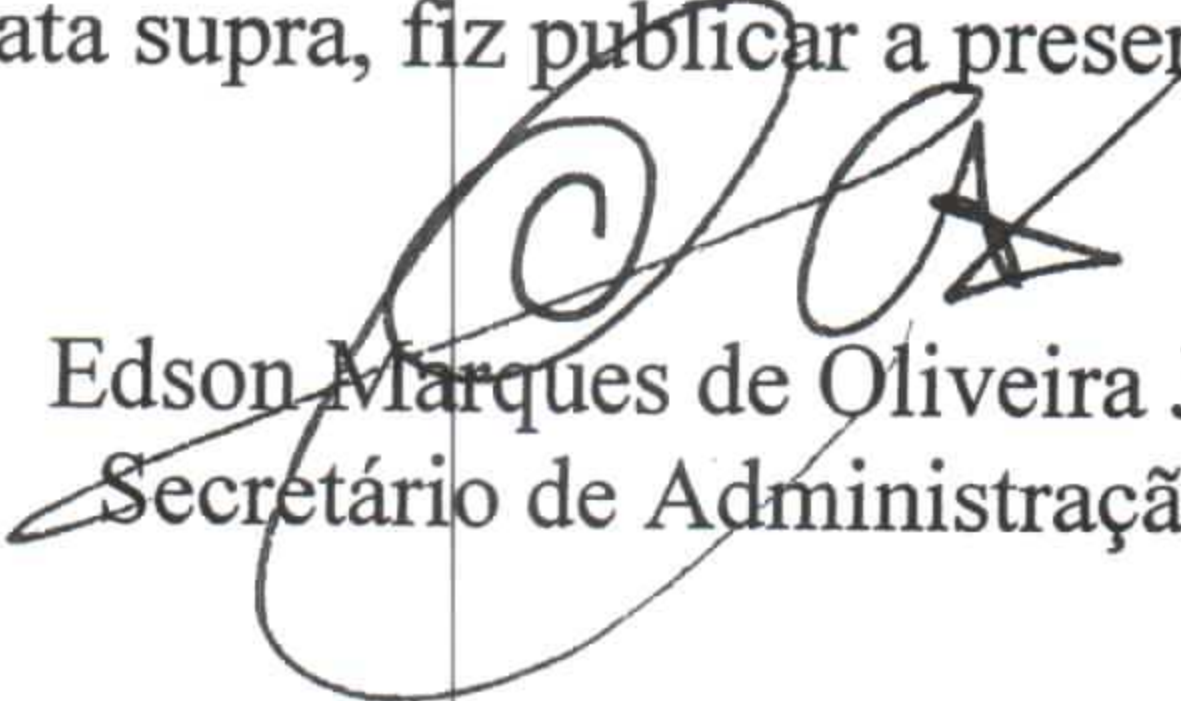
Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sooretama- ES, 12 de setembro de 2011


JOANA DA CONCEIÇÃO RANGEL
Prefeita Municipal

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que na data supra, fiz publicar a presente Lei no átrio da Sede desta Municipalidade.


Edson Marques de Oliveira Junior
Secretário de Administração



Prefeitura Municipal de Sooretama


ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES	30.644.096,14	35.288.747,75	36.421.500,00	38.242.575,00	40.154.703,75	42.162.438,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	794.451,92	903.127,56	1.006.100,00	1.056.405,00	1.109.225,25	1.164.686,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	383.517,15	431.357,37	500.000,00	525.000,00	551.250,00	578.812,50
RECEITA PATRIMONIAL	275.757,20	284.529,46	233.100,00	244.755,00	256.992,75	269.842,39
RECEITA DE SERVIÇOS	911.598,88	1.543.068,20	1.344.400,00	1.411.620,00	1.482.201,00	1.556.311,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.776.406,33	35.771.265,47	37.132.000,00	38.988.600,00	40.938.030,00	42.984.931,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.583,91	186.062,28	252.700,00	265.335,00	278.601,75	292.531,84
RECEITAS DE CAPITAL	905.341,05	1.416.993,36	2.252.000,00	2.364.600,00	2.482.830,00	2.606.971,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	1.073.500,00	1.127.175,00	1.183.533,75	1.242.710,44
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	905.341,05	1.416.993,36	1.118.500,00	1.174.425,00	1.233.146,25	1.294.803,56
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-3.602.219,25	-3.830.662,59	-4.046.800,00	-4.249.140,00	-4.461.597,00	-4.684.676,85
Total	31.549.437,19	36.705.741,11	38.673.500,00	40.607.175,00	42.637.533,75	44.769.410,44

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC.DE FINANÇAS

12



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
DESPESAS CORRENTES (I)	29.146.092,88	31.819.949,78	32.225.500,00	33.836.775,00	35.528.613,75	37.305.044,45
Pessoal e Encargos Sociais	16.031.404,00	18.595.807,99	18.997.500,00	19.947.375,00	20.944.743,75	21.991.980,94
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	16.031.404,00	18.595.807,99	18.997.500,00	19.947.375,00	20.944.743,75	21.991.980,94
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	227.885,90	22.255,93	62.000,00	65.100,00	68.355,00	71.772,75
Aplicações Diretas	227.885,90	22.255,93	62.000,00	65.100,00	68.355,00	71.772,75
Outras Despesas Correntes	12.886.802,98	13.201.885,86	13.166.000,00	13.824.300,00	14.515.515,00	15.241.290,76
Transferência da União	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	70.225,00	260.000,00	231.000,00	242.550,00	254.677,50	267.411,38
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	130.500,00	137.025,00	143.876,25	151.070,06
Aplicações Diretas	12.816.577,98	12.941.885,86	12.799.500,00	13.439.475,00	14.111.448,75	14.817.021,19
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL (II)	3.605.174,28	3.911.705,40	6.398.000,00	6.717.900,00	7.053.795,00	7.406.484,75
Investimentos	3.349.515,62	3.707.911,88	6.098.000,00	6.402.900,00	6.723.045,00	7.059.197,25
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	30.000,00	31.500,00	33.075,00	34.728,75
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	3.349.515,62	3.707.911,88	6.068.000,00	6.371.400,00	6.689.970,00	7.024.468,50
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	255.658,66	203.793,52	300.000,00	315.000,00	330.750,00	347.287,50
Aplicações Diretas	255.658,66	203.793,52	300.000,00	315.000,00	330.750,00	347.287,50
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25

15
P
R



Prefeitura Municipal de Sooretama
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total	32.751.267,16	35.731.655,18	38.673.500,00	40.607.175,00	42.637.533,75	44.769.410,45

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES (I)	30.644.096,14	35.288.747,75	36.421.500,00	38.242.575,00	40.154.703,75	42.162.438,94
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	34.246.315,39	39.119.410,34	40.468.300,00	42.491.715,00	44.616.300,75	46.847.115,79
Receitas Tributárias	794.451,92	903.127,56	1.006.100,00	1.056.405,00	1.109.225,25	1.164.686,51
Receita de Contribuição	383.517,15	431.357,37	500.000,00	525.000,00	551.250,00	578.812,50
Receita Patrimonial	275.757,20	284.529,46	233.100,00	244.755,00	256.992,75	269.842,39
Aplicações Financeiras (II)	275.734,38	284.502,90	233.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	22,82	26,56	100,00	244.755,00	256.992,75	269.842,39
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	911.598,88	1.543.068,20	1.344.400,00	1.411.620,00	1.482.201,00	1.556.311,05
Transferências Correntes	31.776.406,33	35.771.265,47	37.132.000,00	38.988.600,00	40.938.030,00	42.984.931,50
Outras Receitas Correntes	104.583,91	186.062,28	252.700,00	265.335,00	278.601,75	292.531,84
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.602.219,25	-3.830.662,59	-4.046.800,00	-4.249.140,00	-4.461.597,00	-4.684.676,85
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	30.368.361,76	35.004.244,85	36.188.500,00	38.242.575,00	40.154.703,75	42.162.438,94
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	905.341,05	1.416.993,36	2.252.000,00	2.364.600,00	2.482.830,00	2.606.971,50
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	1.073.500,00	1.127.175,00	1.183.533,75	1.242.710,44
Alienação de Bens (VI)	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	905.341,05	1.416.993,36	1.118.500,00	1.174.425,00	1.233.146,25	1.294.803,56
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	905.341,05	1.416.993,36	1.128.500,00	1.184.925,00	1.244.171,25	1.306.379,81
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	31.273.702,81	36.421.238,21	37.317.000,00	39.427.500,00	41.398.875,00	43.468.818,75
RECEITA TOTAL	31.549.437,19	36.705.741,11	38.673.500,00	40.607.175,00	42.637.533,75	44.769.410,44
DESPESAS CORRENTES (X)	29.146.092,88	31.819.949,78	32.225.500,00	33.836.775,00	35.528.613,75	37.305.044,45
Pessoal e Encargos Sociais	16.031.404,00	18.595.807,99	18.997.500,00	19.947.375,00	20.944.743,75	21.991.980,94
Juros e Encargos da Dívida (XI)	227.885,90	22.255,93	62.000,00	65.100,00	68.355,00	71.772,75
Outras Despesas Correntes	12.886.802,98	13.201.885,86	13.166.000,00	13.824.300,00	14.515.515,00	15.241.290,76
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	28.918.206,98	31.797.693,85	32.163.500,00	33.771.675,00	35.460.258,75	37.233.271,70
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.605.174,28	3.911.705,40	6.398.000,00	6.717.900,00	7.053.795,00	7.406.484,75
Investimentos	3.349.515,62	3.707.911,88	6.098.000,00	6.402.900,00	6.723.045,00	7.059.197,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	255.658,66	203.793,52	300.000,00	315.000,00	330.750,00	347.287,50
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	3.349.515,62	3.707.911,88	6.098.000,00	6.402.900,00	6.723.045,00	7.059.197,25
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (XVI -a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	32.267.722,60	35.505.605,73	38.311.500,00	40.227.075,00	42.238.428,75	44.350.350,20
DESPESA TOTAL	32.751.267,16	35.731.655,18	38.673.500,00	40.607.175,00	42.637.533,75	44.769.410,45
Resultado Primário (IX - XVII)	-994.019,79	915.632,48	-994.500,00	-799.575,00	-839.553,75	-881.531,45

15

2



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2009 (b)	2010 (c)	2011 (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.803.919,34	1.763.005,77	1.503.005,77	1.243.005,77	983.005,77	723.005,77
DEDUÇÕES (II)	3.234.516,63	5.124.173,10	5.705.638,00	5.905.638,00	5.998.786,00	6.015.897,00
Ativo Disponível	3.786.476,00	5.405.297,52	5.705.638,00	5.905.638,00	5.998.786,00	6.015.897,00
Haveres Financeiros	185.645,90	204.899,86	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	737.605,27	486.024,28	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.430.597,29	-3.361.167,33	-4.202.632,23	-4.662.632,23	-5.015.780,23	-5.292.891,23
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-1.430.597,29	-3.361.167,33	-4.202.632,23	-4.662.632,23	-5.015.780,23	-5.292.891,23
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	215.254,41	-1.930.570,04	-841.464,90	-460.000,00	-353.148,00	-277.111,00

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2008 (R\$-1.645.851,70)

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS




Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.736.209,21	1.803.919,34	1.763.005,77	1.503.005,77	1.243.005,77	983.005,77	723.005,77
Dívida Mobiliária	1.736.209,21	1.803.919,34	1.763.005,77	1.503.005,77	1.243.005,77	983.005,77	723.005,77
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.382.060,91	3.234.516,63	5.124.173,10	5.705.638,00	5.905.638,00	5.998.786,00	6.015.897,00
Ativo Disponível	3.005.513,69	3.786.476,00	5.405.297,52	5.705.638,00	5.905.638,00	5.998.786,00	6.015.897,00
Haveres Financeiros	380.685,51	185.645,90	204.899,86	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	4.138,29	737.605,27	486.024,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-1.645.851,70	-1.430.597,29	-3.361.167,33	-4.202.632,23	-4.662.632,23	-5.015.780,23	-5.292.891,23

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2012

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2012	Providência	2012
1 Despesas Com Pagamentos de Juros da Divida Fundada	260.000,00	Abertura de Creditos Adicionais a Partir do Cancelamento de	260.000,00
2 Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Providência:	0,00
3 Avais e Garantias Concedidas	0,00	Providência:	0,00
4 Assunção de Passivos	0,00		0,00
5 Outros Passivos Contingentes	845.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir do cancelamento d dotação	845.000,00
SUBTOTAL	1.105.000,00		1.105.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2012	Providência	2012
6 Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Providência:	0,00
7 Restituição de Tributos a Maior	0,00	Providência:	0,00
8 Discrepância de Projeções	0,00		0,00
9 Outros Riscos Fiscais	0,00	Providência:	0,00
SUBTOTAL	0,00		0,00
TOTAL	1.105.000,00		1.105.000,00

Fonte: Portaria STN

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS

18



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2012

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	40.607.175,00	38.858.540,67	0,051	42.637.533,75	39.051.940,76	0,052	44.769.410,44	39.242.548,74	0,052
Receitas Primárias (I)	39.427.500,00	37.729.665,07	0,050	41.398.875,00	37.917.446,71	0,050	43.468.818,75	38.102.517,36	0,051
Despesa Total	40.607.175,00	38.858.540,67	0,051	42.637.533,75	39.051.940,76	0,052	44.769.410,45	39.242.548,75	0,052
Despesas Primárias (II)	40.227.075,00	38.494.808,61	0,051	42.238.428,75	38.686.398,40	0,051	44.350.350,20	38.875.222,22	0,052
Resultado Primário (III) = (I)	-799.575,00	-765.143,54	-0,001	-839.553,75	-768.951,68	-0,001	-881.531,45	-772.704,86	-0,001
Resultado Nominal	-460.000,00	-440.191,39	-0,001	-353.148,00	-323.450,11	0,000	-277.111,00	-242.901,16	0,000
Dívida Pública Consolidada	1.243.005,77	1.189.479,21	0,002	983.005,77	900.340,14	0,001	723.005,77	633.749,45	0,001
Dívida Consolidada Líquida	-4.662.632,23	-4.461.849,02	-0,006	-5.015.780,23	-4.593.979,42	-0,006	-5.292.891,23	-4.639.474,59	-0,006
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2012	2013	2014
PIB real (crescimento % anual)	4,46	4,66	4,62
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,20	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,82	1,86	1,90
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,50	4,48	4,49
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	79.148.000.000,00	82.535.000.000,00	86.010.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2012	2013	2014
Valor Corrente / 1,0450	Valor Corrente / 1,0918	Valor Corrente / 1,1408

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SÉC. DE FINANÇAS

61



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2012

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2010 (a)	% PIB	II - Metas Realizadas 2010 (b)	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	39.965.520,00	0,054	36.705.741,11	0,050	-3.259.778,89	-8,15
Receitas Primárias (I)	39.801.719,00	0,054	36.421.238,21	0,050	-3.380.480,79	-8,49
Despesa Total	39.965.520,00	0,054	35.731.655,18	0,049	-4.233.864,82	-10,59
Despesas Primárias (II)	39.722.520,00	0,054	35.505.605,73	0,048	-4.216.914,27	-10,61
Resultado Primário (III)=(I - II)	79.199,00	0,000	915.632,48	0,001	836.433,48	1056,11
Resultado Nominal	-71.538,00	0,000	-1.930.570,04	-0,003	-1.859.032,04	2598,66
Dívida Pública Consolidada	1.634.615,00	0,002	1.763.005,77	0,002	128.390,77	7,85
Dívida Consolidada Líquida	1.538.462,00	0,002	-3.361.167,33	-0,005	-4.899.629,33	-318,47

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2010

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2010	73.502.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2010	73.502.000.000,00

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC.DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2012

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	31.549.437,19	36.705.741,11	16,3	38.673.500,00	5,4	40.607.175,00	5,0	42.637.533,75	5,0	44.769.410,44	5,0
Receitas Primárias (I)	31.273.702,81	36.421.238,21	16,5	37.317.000,00	2,5	39.427.500,00	5,7	41.398.875,00	5,0	43.468.818,75	5,0
Despesa Total	32.751.267,16	35.731.655,18	9,1	38.673.500,00	8,2	40.607.175,00	5,0	42.637.533,75	5,0	44.769.410,45	5,0
Despesas Primárias (II)	32.267.722,60	35.505.605,73	10,0	38.311.500,00	7,9	40.227.075,00	5,0	42.238.428,75	5,0	44.350.350,20	5,0
Resultado Primario (III)=(I - II)	-994.019,79	915.632,48	0,0	-994.500,00	-208,6	-799.575,00	-19,6	-839.553,75	0,0	-881.531,45	0,0
Resultado Nominal	215.254,41	-1.930.570,04	-996,9	-841.464,90	-56,4	-460.000,00	-45,3	-353.148,00	-23,2	-277.111,00	-21,5
Dívida Pública Consolidada	1.803.919,34	1.763.005,77	-2,3	1.503.005,77	-14,8	1.243.005,77	-17,3	983.005,77	-20,9	723.005,77	-26,4
Dívida Consolidada Líquida	-1.430.597,29	-3.361.167,33	134,9	-4.202.632,23	25,0	-4.662.632,23	10,9	-5.015.780,23	7,6	-5.292.891,23	5,5

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	34.660.792,21	38.482.298,98	11,0	38.673.500,00	0,5	38.858.540,67	0,5	39.051.940,76	0,5	39.242.548,74	0,5
Receitas Primárias (I)	34.357.865,34	38.184.026,14	11,1	37.317.000,00	-2,3	37.729.665,07	1,1	37.917.446,71	0,5	38.102.517,36	0,5
Despesa Total	35.981.144,73	37.461.067,29	4,1	38.673.500,00	3,2	38.858.540,67	0,5	39.051.940,76	0,5	39.242.548,75	0,5
Despesas Primárias (II)	35.449.913,77	37.224.077,05	5,0	38.311.500,00	2,9	38.494.808,61	0,5	38.686.398,40	0,5	38.875.222,22	0,5
Resultado Primario (III)=(I - II)	-1.092.048,43	959.949,09	0,0	-994.500,00	-203,6	-765.143,54	0,0	-768.951,68	0,0	-772.704,86	0,0
Resultado Nominal	236.482,46	-2.024.009,63	-955,9	-841.464,90	-58,4	-440.191,39	-47,7	-323.450,11	-26,5	-242.901,16	-24,9
Dívida Pública Consolidada	1.981.818,98	1.848.335,25	-6,7	1.503.005,77	-18,7	1.189.479,21	-20,9	900.340,14	-24,3	633.749,45	-29,6
Dívida Consolidada Líquida	-1.571.680,51	-3.523.847,83	124,2	-4.202.632,23	19,3	-4.461.849,02	6,2	-4.593.979,42	3,0	-4.639.474,59	1,0

Nota:


Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2009	2010	2011	2012*	2013*	2014*
4,31	4,79	4,84	4,50	4,48	4,49
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,0986	Valor Corrente x 1,0484	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0450	Valor Corrente / 1,0918	Valor Corrente / 1,1408

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC.DE FINANÇAS



22

Prefeitura Municipal de Sooretama
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2012

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010		2009		2008	
		%		%		%
Patrimônio/Capital	19.825.034,06	100,00	14.145.412,94	100,00	12.465.587,07	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	19.825.034,06	100,00	14.145.412,94	100,00	12.465.587,07	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010		2009		2008	
		%		%		%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


Notas:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Sooretama)

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2012

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2009 (d)	2008
RECEITA DE CAPITAL			
Recelta de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	26.400,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	26.400,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2010 (b)	2009 (e)	2008
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	26.400,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	26.400,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	0,00	0,00	0,00

Notas:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Sooretama)

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2012

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS	2008	2009	2010
RECEITAS CORRENTES PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMEN	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens,Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00

24

1

2

re



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2012

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

DESPESAS	2008	2009	2010
DESPESAS PREVIDENCIARIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(IV)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III + VI)	0,00	0,00	0,00

Handwritten signature or initials.

58



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2012

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

DESPESAS	2008	2009	2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (IX) = (VII)	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (X) = S.Ex.Ant. + (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00

Nota

- O saldo de bens e direitos de 2007 era R\$ 0,00

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2012

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2010				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

OBS: O MUNICÍPIO DE SOORETAMA NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2012

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)


Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2012	2013	2014	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Notas:

Informamos que a Prefeitura Municipal de Sooretama, atendendo ao dispositivo no art. 4 § 2º, Inciso V, da LRF Lei de Responsabilidade Fiscal, não pretende efetivar nenhum tipo de renúncia de receita compreendida como incentivos fiscais, anistias, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Sooretama

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado
2012

29

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTO	2012
Aumento Permanente da Receita	1.856.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	1.150.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	706.000,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	706.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	706.000,00

Sooretama-ES, 12 de Setembro de 2011


JOANA DA C. RANGEL
PREFEITA MUNICIPAL


LUIZ MARQUES DE O. FILHO
CONTADOR. CRC nº 015695/O


MAYKSON A. MONTE
SEC. DE FINANÇAS